

## DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM EMANCIPADORA DE SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE DISTORÇÃO IDADE SÉRIE

Lucas de Oliveira Costa Silva<sup>1</sup>  
Suzana Medeiros Batista Amorim<sup>2</sup>  
Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo refletiu concepções apresentadas por Paulo Freire (2002), analisando procedimentos didáticos pedagógicos propostos para o desenvolvimento da aprendizagem no contato da correção de fluxo, ação prevista no Plano Nacional de Educação objetivando proporcionar ao educando acesso da aprendizagem e paridade da idade ao ano de escolaridade cursado, favorecendo meios de recuperação previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Deste modo, debate-se o direito educacional em uma perspectiva histórica, identitária e fundamental a emancipação do sujeito, cujo exercício da cidadania é ponto relevante à educação contemporânea. Para suprir as necessidades dessa proposição, a metodologia desenhada para a pesquisa foi revisão bibliográfica, apreciando a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) e as legislações educacionais vigentes, comungando com autores como Moreira (1999) que discute a temática de Aprendizagem Significativa no contexto Nacional; Córdoba (2019), que pondera a importância do aspecto qualitativo da pesquisa; Edgar Morin (2011), que debate a importância dos saberes essenciais; Terezinha de Azerêdo Rios (2017), que expressa as dimensões pela qual a ética e a competência são debruçadas, minimizando as desigualdades por meio do senso de cultura; dentre outros estudiosos que pesquisam a temática proposta neste trabalho. Os resultados apontaram as significativas observações em relação às práticas pedagógicas significativas que contribuem na vida acadêmica dos alunos, no que tange, principalmente, no entendimento da função social dos objetos do conhecimento, aplicando-os no cotidiano, de modo a alcançar saberes historicamente registrados, validando a progressão nos níveis escolares de maneira crítica e significativa.

**Palavras-chave:** Correção de Fluxo, Aprendizagem, Educação Formal.

### INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo da educação brasileira requer muita atenção, principalmente no que tange a consolidação da aprendizagem, na qual deve ser efetiva e coerente a realidade sendo atrelada ao contexto diário da localidade em que está inserido o estabelecimento de ensino, promovendo o sentido e o significado dos objetos de aprendizagem, uma vez que eles possibilitarão a emancipação dos sujeitos envolvidos no

---

<sup>1</sup> Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras- RJ, Pós-Graduado em Gestão Educacional pela UNICESUMAR- Paracambi –RJ, [lucasoliver@yahoo.com.br](mailto:lucasoliver@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- Universidade Estácio de Sá - RJ, Docente do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras – RJ, [suzana\\_amorim@uol.com.br](mailto:suzana_amorim@uol.com.br);

<sup>3</sup> Doutoranda do Curso de História-Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS- Universidade de Vassouras- RJ, [mariafernanda.ricci@gmail.com](mailto:mariafernanda.ricci@gmail.com).

processo de ensino-aprendizagem. Por anos, tal necessidade vem sendo sinalizada por renomados autores na área da educação, como Paulo Freire, que dedicou sua vida a promover educação atrelada a fatores sociais.

Freire (1987, p.52) destaca que: “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Assim, nota-se a função essencial da escola, ambiente formal que promove de maneira sistematizada habilidades e competências, espaço de interação e socialização de diferentes sujeitos que primordialmente devem se respeitar, compreendendo a diversidade humana. Nessa relação se dá a construção de saberes que o indivíduo levará por toda trajetória de vida, mas para isso é preciso uma emancipação, que vem ao encontro da função social dos conteúdos ministrados.

O planejamento curricular no Brasil é norteado pela Base Nacional Comum Curricular-BNCC (BRASIL, 2017), que rege com força de lei toda Educação Básica contemplando as habilidades e competências a serem desenvolvidas em cada faixa etária. No entanto, nem todos os discentes têm as mesmas oportunidades para receberem os direitos de aprendizagem, diversos fatores externos à escola podem influenciar, e o aprendiz assim acaba por não alcançar os objetivos traçados para o ano de escolaridade em que está matriculado, o que acarreta grande desinteresse pela vida acadêmica, contribuindo para que o educando perpetue por anos na mesma etapa de ensino.

O fato de uma criança não obter aprovação para ingressar nos anos de escolaridade posteriores e permanecer por três ou quatro vezes no mesmo, é denominado como distorção série-idade, que merece ser analisado e estratégias devem ser adotadas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional – LDB, nº 9394/96 (BRASIL, 1996) em seu artigo 12, inciso V – “Os estabelecimentos de ensino devem prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, sendo uma delas a correção de fluxo, em que o discente desenvolve habilidades básicas e tem a progressão nos estudos”.

As Políticas Públicas brasileiras asseguram e incentivam o trabalho da correção de fluxo para que o discente tenha a oportunidade de equiparar seus saberes, idade e a escolarização, pois a educação é um direito constitucional de todo cidadão (BRASIL, 1988) e, contemporaneamente, em território nacional deve ser aplicado com qualidade conforme o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014). Sendo assim, autores como Paulo Freire, que atuaram na promoção do ensino primando por fatores sociais, são

de suma importância para fundamentar o trabalho docente, que deve ser realizado com ética e competência, já afirma Terezinha de Azerêdo Rios (2017) para que as desigualdades não sejam reforçadas e o ensino aconteça permeado nos saberes culturais, em que o indivíduo irá aprimorar e aplicar com pertencimento ao meio.

O contexto é crucial na promoção da aprendizagem e relevante em uma perspectiva significativa, em que o sujeito atrela o conhecimento novo ao já existente na estrutura cognitiva, concebendo assim uma Aprendizagem Significativa, que no Brasil é discutida por Marco Antonio Moreira (1999), sendo cinco elementos essenciais para que de fato essa concepção aconteça. Assim alinha-se o modo de ensino levando em conta os saberes fundamentais apontados por Edgar Morin (2011), que muitas das vezes são os buracos negros da educação contemporânea.

Consoante aos procedimentos didáticos pedagógicos adotados, estudados, abordados e aplicados pelos referenciados autores, dar-se-á a análise bibliográfica dos conceitos relacionados à aprendizagem com intuito de ressignificar de forma crítica possibilidades de trabalhos com crianças que não adquiriram habilidades e competências essenciais para avançarem na escolarização, perpetuando-se déficits de aprendizagem, sendo comum a retenção no ambiente formal de ensino.

## **CONTRIBUIÇÕES DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO**

Ao longo da história da educação renomados autores destacaram a importância do ato de ensinar alinhado a fatores sociais, indicando as necessidades e pontos-chaves cujos docentes precisam atentar-se para procederem didaticamente, ou seja, ter uma técnica metodológica que seja coerente e efetiva, bem como proporcionem aos aprendizes uma ativa construção do conhecimento.

O termo didática está associado ao campo da Pedagogia, sendo João Amós Comênius um dos pioneiros em debater tal temática, sendo até considerado o pai dessa perspectiva, a qual investiga condições favoráveis para promoção da aprendizagem (LIBÂNEO, 1994). Neste sentido, é preciso ter sensibilidade e planejamento prévio na construção dos procedimentos didáticos incorporados no plano de aula.

Ao longo da rotina escolar as sondagens e relações estabelecidas entre os protagonistas no processo de ensino aprendizagem são fundamentais, por meio dessa

relação que se dará gradativamente a emancipação do sujeito. No entanto outros fatores influenciam nesse processo em que o ser usa sua autonomia para desempenhar seu papel perante a sociedade, por isso Paulo Freire afirma que: “no fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia”. (FREIRE, 2002). Desse modo, o sujeito autônomo compreende as relações sociais e desempenha seu papel enquanto cidadão.

Muitos padrões e metas são colocados na construção de seu planejamento. Freire (2002) aponta que aprender a autonomia é essencial para se reinventar o ser que tanto se almeja. No entanto, os que integram o grupo com distorção série-idade não possuem pertencimento aos procedimentos adotados pelos professores, que, muitas vezes distanciam o conhecimento da realidade cotidiana, causando a não compreensão da relevância das abordagens escolares. Essa realidade demanda mudança, pois há no Brasil políticas públicas para minimizar e efetivar a correção de fluxo (BRASIL, 2014).

As ações docentes interferem na construção da sociedade, assim, se faz necessário conscientizar e possibilitar ao sujeito o desenvolvimento das competências ligadas ao bem de toda comunidade. Neste sentido Paulo Freire afirma que:

Quanto mais me torno capaz de me afirmar como sujeito pode conhecer tanto melhor desempenho minha aptidão para fazê-lo.  
Ninguém pode conhecer por mim assim como não posso conhecer pelo aluno. O que posso e o que devo fazer é, na perspectiva progressista em que me acho, ao ensinar-lhe certo conteúdo, desafiá-lo ao que se vá percebendo na e pela própria prática, sujeito capaz de saber. Meu papel de professor progressista não é apenas de ensinar matemática ou biologia, mas sim, tratando a temática que é, de um lado objeto de meu ensino, do outro, da aprendizagem do aluno, ajudá-lo a reconhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva. (FREIRE, 2002, p.47).

O professor no processo de construção da aprendizagem precisa assumir esse papel de desafiador das potencialidades do aprendiz, assim incentivará o interesse pelo meio acadêmico, no qual o educando buscará cada vez mais investigar e contribuir para melhores condições de vida em seu contexto.

Ao assumir o papel de mediador do conhecimento se faz necessário ter ética e compreender as organizações locais em que se apresentam os cidadãos de modo a interagir com os mesmos de forma crítica, para tal deve-se levar em conta o que Terezinha de Azerêdo Rios aponta como dimensão técnica, que consiste no domínio que irá mediar;

a dimensão estética que é relacionada à sensibilidade que o direciona a conhecer seus alunos; a dimensão ética que trata a reflexão, a ação humana, o pensar em todos, e, por fim, a dimensão política, por meio dela irá tratar do exercício de direitos e deveres (RIOS, 2011).

Ensinar é um ato que exige a competência, por isso Terezinha afirma que:

Na configuração da prática pedagógica, é possível explicitar as dimensões da competência dos professores técnica, estética, política e ética tornam-se mais claras as exigências para um trabalho docente de boa qualidade: além de um domínio do conhecimento de uma determinada área e de estratégias para socializá-lo, um conhecimento de si mesmo e dos alunos, da sociedade de que fazem parte, das características dos processos de ensinar e aprender, da responsabilidade e do compromisso necessário com a construção da cidadania e do bem comum. (RIOS, 2008, p. 59).

Sobremaneira nota-se que os saberes historicamente construídos devem ser compreendidos em sua função social e aplicados de acordo com a pertinência do conceito ligado a cientificidade, os quais precisam estar contemplados no planejamento da Unidade de Ensino, levando em conta as particularidades locais (BRASIL, 2017). Por isso, Edgar Morin (2011) aponta os sete saberes essenciais para o futuro, sendo eles: Conhecimento, a ética do gênero humano, o conhecimento pertinente, enfrentar as incertezas, ensinar a identidade terrena, ensinar a compreensão, ensinar a condição humana, que possibilitam a sociedade a alcançar o dito bem comum, em que os interesses individuais são articulados para o favorecimento da maioria.

Diariamente as ações do sujeito não são fragmentadas, ou seja, em cada momento da vida não se utiliza um determinado conhecimento, eles são necessários de forma integrada, portanto se faz necessário, em projetos ligados a correção de fluxo, fomentar a globalidade dos saberes e possibilitar vivências.

Levando em conta os saberes essenciais e a não fragmentação no ambiente escolar Edgar Morin indaga e considera que:

Seremos capazes de civilizar a terra e fazer com que ela se torne uma verdadeira pátria? Estes são os sete saberes necessários ensinar, não digo isso para modificar programas. Na minha opinião não temos que destruir disciplinas, mas temos que integrá-las, reuni-las uma as outras em uma ciência como as ciências estão reunidas, como, por exemplo, as ciências da terra, a sismologia, a vulcanologia, a meteorologia, todas elas, articuladas em uma concepção sistêmica da terra. Penso que tudo deve estar integrado, para permitir uma mudança de pensamento que concebe tudo de uma maneira fragmentada e dividida e impede de ver a realidade. Essa visão fragmentada

faz com que os problemas permaneçam invisíveis para muitos, principalmente para muitos governantes. (MORIN, 2011, p. 11).

Tornar visíveis os problemas sociais é evidenciar as fragilidades diárias dos sujeitos, que, quando munidos de sua autonomia, farão escolhas atreladas a progressão, tanto nos estudos posteriores, quanto na transformação social.

O trabalho integrado possibilita ao discente uma visão global da realidade, neste sentido compreende-se que a Matemática, a Língua Portuguesa, as Ciências Humanas e a Ciência da Natureza estão em todo lugar, bem como as outras Áreas do conhecimento (BRASIL, 2017). Para nortear todo trabalho pedagógico no ambiente escolar, amparados por legislação, projetos devem ser criados para prover meios de recuperar a aprendizagem de sujeitos que ao longo do processo escolar não alcançaram os objetivos (BRASIL, 1996).

## **DAS POLITICAS PÚBLICAS E À EFETIVAÇÃO DA ESCOLARIDADE DO SUJEITO**

Com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, que surgiu em 1932 em meio à necessidade de se repensar a educação evidenciou-se a abrangência do campo formal de ensino em que muitos não eram contemplados, haja vista que o cenário nacional estava sendo modificando ao logo da história, os povos que anteriormente eram marginalizados passam a integrar e ter todos os direitos da sociedade civil.

O manifesto aponta a educação pública e inovações pedagógicas como caminhos para a ascensão educacional no território brasileiro. Nessa época, no Brasil, não havia políticas públicas eficazes que fomentassem os novos ideais educacionais. A imposição de saberes instaurados corroborava com um grupo ligado às instituições privadas e confessionais, as quais eram detentoras do conhecimento.

Mediante o manifesto, viu-se a importância de um ensino mais humanizado, ou seja, realístico, fomentando os aspectos sociais, em que educadores assumiram uma responsabilidade perante a sociedade e lutaram por uma educação acessível, que o sujeito permaneça e com qualidade. Assim o cenário educacional brasileiro foi ganhando forma e se propagou o ideal de que a educação não deveria ser ofertada como pré-requisito apenas as classes mais elevadas da sociedade. Com tal documento escrito pelos professores da Escola Nova se teve grande ênfase na importância da educação para todos,

o mesmo inspirou a legislação brasileira, até na constituição vigente, sinalizando a necessidade de se ter um planejamento nacional na linha educacional.

No ano de 1961 foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo número era 4.024/61 (BRASIL, 1961), com isso a educação passou a ser um direito. Consoante a esta lei foi criado o primeiro Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1962), prevendo metas e estratégias a serem desenvolvidas ao longo de oito anos, inicialmente. Assim se começou a discutir sobre a equidade educacional.

Após 10 anos da criação da Lei 4.024/61, ocorreu no Brasil a reformulação do Ensino de Primeiro e Segundo Grau por meio da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), configurando o perfil nacional da seriação nas instituições formais de ensino. Assim compreende-se o surgimento do que posteriormente denominam-se anos de escolaridade.

Em 1988 foi sancionada a Constituição Federal (BRASIL, 1988), conhecida como a constituição cidadã. A partir dela, muitos direitos à população foram previstos e, desta forma, se instaurou a universalização do ensino em todo território nacional. Para garantir essa educação, definiram-se metas e estratégias a serem cumpridas para a efetivação da garantia de direitos. Com isto sentiu-se a necessidade da estruturação de um Plano Nacional de Educação com durabilidade maior, haja vista sua viabilidade, como previsto pelo Artigo 214 da vigente Constituição Federal, primando pela erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino, dentre outros fatores que visam a melhoria da educação (BRASIL, 1988).

O Congresso Nacional, em 1990, promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que prevê, em seus primeiros artigos, quem deve garantir o acesso à escolarização, responsabilidade compartilhada entre a sociedade, a família e o governo em todas as suas esferas (BRASIL, 1990). Perante a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), não só a educação, mas todos os serviços públicos devem ser prioritariamente garantidos às crianças e adolescentes.

A infância passou a ser prioridade no território nacional brasileiro, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996) tornou obrigatório que os estabelecimentos de ensino elaborassem meios e estratégias para os alunos de menor rendimento.

Levando em conta o Artigo 12 da LDB Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a Correção de Fluxo passa a ser um meio da aplicabilidade da legislação, a ser configurada

de acordo com cada sistema municipal de ensino, bem como contemplada em seus Planos Municipais de Educação, que devem ser monitorados constantemente.

Em virtude da lei maior educacional brasileira, em 2001 se consolidou a construção de mais um Plano Nacional de Educação, cujas metas e estratégias não foram atingidas, sendo elas contempladas no atual Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), sancionadas pela Lei nº 13.005 de 2014 que, em sua meta 5, prevê a erradicação do analfabetismo.

Levando em conta tais legislações, as esferas municipais devem se organizar para que não haja constantes distorções série-idade, uma vez que a educação é um direito e de acordo com a meta 20 do plano decenal para a educação, promulgado em 2014, deve ser ofertada com qualidade (BRASIL, 2014).

Portanto, nota-se que, muito além de se alfabetizar os indivíduos, é preciso repensar as propostas pedagógicas no decorrer de toda Educação Básica, alinhado tal perspectiva a meta 7 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) que visa uma educação com qualidade posteriormente defendida na meta 20, resgatando e efetivando a aprendizagem as necessidades contemporâneas.

Destarte, os pressupostos teóricos metodologias adotadas em projetos ligados a Correção de Fluxo devem alinhar-se as necessidades atuais, uma delas é a tecnologia, pois, uma vez que se utilizam equipamentos já dominados pelos estudantes, pode-se potencializar tal habilidade, promovendo outras competências, buscando assim minimizar a distorção série-idade, analisando sempre conhecimento prévio para que a aprendizagem seja significativa (MOREIRA, 1999).

## **POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA A CORREÇÃO DE FLUXO**

Mediante as necessidades apontadas por Paulo Freire, Terezinha Rios e Edgar Morin, bem como o cenário das políticas públicas brasileiras, propõe-se um trabalho ligado a Aprendizagem Significativa para com o público cuja idade não é compatível com o ano de escolaridade em curso, uma vez que ela integra em seus procedimentos concepções que visam habilidades compatíveis com o desenvolvimento integral do ser.

A Aprendizagem Significativa surgiu com David Ausubel e foi posteriormente humanizada por Joseph Novak. No Brasil tal concepção é discutida por diversos autores,

mas principalmente por Marco Antonio Moreira, professor e pesquisador. Ele considera que:

Na aprendizagem significativa, o aprendiz não é um receptor passivo. Longe disso. Ele deve fazer uso dos significados que já internalizou, de maneira substantiva e não arbitrária, para poder captar os significados dos materiais educativos. Nesse processo, ao mesmo tempo em que está progressivamente diferenciando sua estrutura cognitiva, está também fazendo a reconciliação integradora de modo a identificar semelhanças e diferenças e reorganizar seu conhecimento. Quer dizer, o aprendiz constrói seu conhecimento, produz seu conhecimento. (MOREIRA, 2010, p. 5).

A escola é o ambiente formal de ensino, nela o educando não é mero receptor de informações, esse modelo já não atende as expectativas sociais, o que muitas vezes acarreta em um desinteresse na carreira acadêmica, gerando a retenção do aprendiz por anos em um determinado ano de escolaridade.

O diálogo é fundamental no trabalho didático pedagógico, pois é por meio da conversa dirigida que se pode analisar o conhecimento prévio, em que se deve sondá-lo e enfatizá-lo na construção dos sentidos e significados dos objetos do conhecimento. Esse processo deve acontecer de forma subjetiva, não imposta por aquele que está na função de ensinar.

Na construção do conhecimento, a comparação ajuda na consolidação da aprendizagem, pois um elemento sempre tem uma relação com outro. Assim, no processo de associação, o novo conhecimento tem mais significado, mas para isso acontecer na estrutura cognitiva, Joseph Novak (1977) aponta os elementos essenciais na teoria da Aprendizagem Significativa: “Aprendiz, professor, contexto, avaliação e conhecimento”.

Levando em conta os referenciais bibliográficos e alinhados a uma concepção da pesquisa qualitativa, os professores poderão desenvolver um trabalho com eficácia. Córdoba afirma que:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVEIRA; CÓRDOBA, 2009, p. 32).

Decorrente ao que discutem os autores de Silveira e Córdoba (2009, p. 32), compreende-se que a ciência pode ser desenvolvida por diferentes meios, analisando os contextos e as necessidades da sociedade, pois para possibilitar melhores condições que as pesquisas são elaboradas, a fim de contribuir com uma educação humanística e com equidade. Para isto é preciso comungar visões teóricas, não para se ter uma verdade absoluta, todavia para promover o bem-estar social, principalmente na educação, área em que se necessita de qualidade (BRASIL, 2014).

Muito se descreve na perspectiva da sociedade que se deseja, mas poucas ações se efetivam. De fato, em cada contexto o ensino é executado de uma forma, pois se cada ser tem diferenças, imagine-se cada estabelecimento de ensino munido de amplos repertórios, histórias e pessoas que compõem a comunidade escolar. Sendo assim, é preciso ressignificar as concepções teóricas e por meio delas efetivar aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção de fluxo é uma estratégia para equiparar sujeitos que estão com distorção série-idade, os quais muitas vezes não têm possibilidade de ter o contato com outros procedimentos didáticos pedagógicos. Tal ação deve acontecer nos estabelecimentos formais de ensino e é contemplada pelas legislações vigentes no Brasil, sendo necessário aplicar o que é debatido no campo teórico para sanar o exposto.

Paulo Freire, em suas obras, destacou a importância da educação não bancária, mas que fosse alinhada às demandas sociais, a grande necessidade contemporânea, para a qual professores precisam ter competência e ética para aplicarem o que está previsto em seu planejamento curricular. Nessa perspectiva Terezinha Rios destaca as dimensões imprescindíveis no ambiente em que o sujeito é formado, pois ao ser orientado quanto a autonomia responsável as ações do aprendiz visam o senso da coletividade e desta forma tem-se a representatividade social, assumindo de fato o papel de cidadão.

Nota-se que o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) contempla a necessidade de se atentar ao fluxo escolar, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996) afirma que é de suma importância recuperar as aprendizagens de quem ainda não progrediu em habilidades e competências previstas para cada faixa etária. Entretanto, se faz emergente tornar epistemológico o que se prevê na



BRASIL. **Plano Nacional de Educação Índice – Portal do MEC.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2730-pne-ei-10172-09-01-01&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2730-pne-ei-10172-09-01-01&Itemid=30192) pne. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf). Acesso em: 11 de novembro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

MOREIRA, Marco Antônio; MASINI, Elcie. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** 2 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

NOVAK, Joseph D. **Uma teoria de educação.** São Paulo: Pioneira. Tradução Marco Antônio Moreira do original *A Theory of education*. Ithaca, N.: Cornell Universty Press, 1977.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar por uma docência da melhor qualidade.** São Paulo: Cortez, 7. ed., 2008a.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (*Orgs*). **Método de pesquisa.** Coordenado pela Faculdade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação tecnológica – Planejamento e Gestão de Desenvolvimento Rural da SAED/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.